COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE *

INFORMAÇÃO

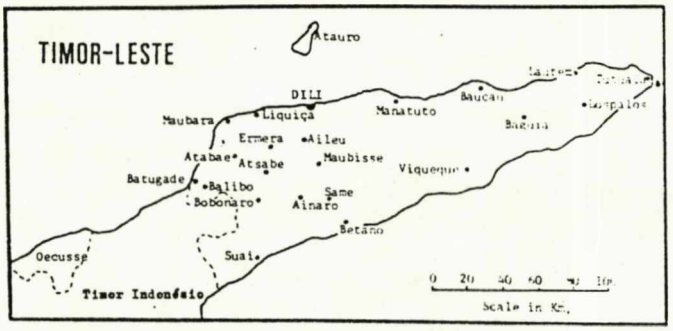
TIMOR-LESTE

N.º 16 MAIO 1987

1987: Pesadas baixas para o ocupante

Chegou recentemente ao exterior um completo relatório do Comando das Falintil sobre a actividade militar em Timor-Leste durante o período de Janeiro a Março de 1987.

O documento refere que, como resultado da *Operasi Kikis* (Operação Extinção), se registaram confrontos generalizados em todo o território com pesadas baixas para o ocupante. As forças indonésias envolvidas (um total de 30 batalhões, cerca de 25 000 homens), apesar de apoiadas por



meios aéreos (no aeroporto de Bacau estacionaram durante a operação perto de 70 aviões de combate e helicópteros), carros de combate e navios de guerra, viram os seus intentos de destruir a direcção da Resistência mais uma vez frustrados. As forças de guerrilha, organizadas em pequenas unidades autónomas de 6 a 10 homens, conseguiam romper o cerco, reagrupar-se por detrás das linhas do inimigo e desenvolver acções de diversão (ver *Inf. TL* n.º 12, Janeiro 87), neutralizando a capacidade do exército indonésio para desencadear ataques massivos a pontos estratégicos em poder das Falintil.

Na sequência das referidas acções militares foram infligidas neste período às tropas indonésias cerca de 300 baixas, entre mortos e feridos, o que corresponde a um substancial aumento relativamente aos valores médios habituais. Recorde-se que na visita efectuada por jornalistas estrangeiros a Timor-Leste, a convite das autoridades indonésias, em Julho de 85, estes, só no cemitério de Dili, contaram para os três primeiros meses desse ano mais de 50 campas militares (*FEER*, 8 de Agosto de 1985).

Durante o mesmo período a guerrilha sofreu, pelo menos, 15 mortos.

As operações de maior envergadura verificaram-se na zona leste (Viqueque: 66 indonésios mortos e 8 feridos, Lospalos: 49 indonésios mortos), embora os combates se tenham produzido por todo o território, incluindo a zona fronteiriça, o centro (Ainaro e Bobonaro: 8 baixas indonésias), e sul (Same : 4 baixas) e até zonas relativamente perto (30 Km) de Dili, como Liquiça e Manatuto.

Em período de incremento das operações militares a população civil é a mais atingida. O relatório revela que desde Janeiro foram presas em Dili e Baucau, 197 e 100 pessoas, respectivamente, e que na sequência da acção militar da Fretilin contra Viqueque, o exército indonésio prendeu 26 pessoas por suspeita de fornecerem informações à guerrilha, tendo fuzilado dez e conseguindo os restantes fugir para a montanha.

Associado ao recrudescer da operacionalidade das Falintil e à necessidade de reforçar o controlo sobre as populações, começou a funcionar desde 1 de Abril passado, uma nova estrutura administrativa do território. Este passa agora a estar dividido em três regiões, cada uma delas sob a autoridade de um vice-governador e com as suas sedes situadas em Baucau, Ermera e Maliana. Os seus novos responsáveis são militares indonésios, um coronel e dois tenentes-coronéis. Tal solução administrativa, sem equivalente na Indonésia, vem reforçar o papel do exército na vida quotodiana em Timor-Leste, reduzindo os já reduzidos poderes do governador M. Carrascalão. □

NESTE NÚMERO:

- 1987: pesadas baixas para o ocupante
- A actual crise politica e a questão de Timor-Leste
- Comunidade timor na Austrália: uma presença activa na região
- Fretilin aconselhou ao voto em Timor-Leste
- Professores da Universidade de Coimbra entregam Carta Aberta a Cuellar

A actual crise política e a questão de Timor-Leste

Os primeiros quatro meses deste ano mostraram uma diplomacia portuguesa afirmativa relativamente à questão de Timor-Leste. A sua actuação na Comissão dos Direitos do Homem em Genebra e, mais recentemente, as declarações de Cavaco Silva em Banguecoque, em terreno favorável à Indonésia, ou aquando da recepção ao Secretário Geral da ONU, Perez de Cuellar, evidenciam uma "agressividade" e um espírito de ofensiva que há muito andava arredado da diplomacia nacional.

Esta inflexão na política externa portuguesa é, sem dúvida, positiva por afirmar perante a comunidade internacional o nosso papel de potência administrante e o direito do povo maubere à autodeterminação.

Mas tal não nos deve impedir de nos interrogarmos sobre algumas "reticências" — caso da Conferência Parlamentar Internacional sobre Timor-Leste, iniciativa da Comissão Eventual da AR — ou recusas — caso do não reconhecimento dos movimentos que representam a resistência à ocupação — ou omissões no discurso do governo de Cavaco Silva.

A ausência de uma proposta política clara para o conflito por parte de Portugal, leva a interpretar estas atitudes ainda como uma aposta numa solução de autonomia para aquele território no quadro da República da Indonésia, solução esta já claramente recusada pelo Presidente do Conselho Revolucionário de Resistência Nacional (CRRN), Xanana Gusmão (*Inf. TL* n.º 15, Abril 87).

Mas a dinâmica interna que se tem vindo a desenvolver, bem patenteada na atenção com que a imprensa portuguesa tem vindo a acompanhar o problema e no modo como o faz, abre perspectivas para a clarificação e elaboração de uma proposta política que tenha em conta os interesses e os direitos da principal das *"partes envolvidas"*, o povo de Timor-Leste. E é esta dinâmica que se arrisca a ser posta em causa com a actual crise política, com evidentes repercussões negativas na acção diplomática de Portugal.

Como questão nacional que é, como aliás o confirmou o PR perante o corpo diplomático em Dezembro do ano passado, recolhendo a unanimidade de posições do leque partidário, o problema de Timor-Leste, se não é imune às vicissitudes que atravessam a sociedade portuguesa, não pode, no entanto, ficar prisioneiro delas: as suas raízes mergulham numa outra identidade político-cultural, implicam directamente a vida, presente e futura, de um outro povo, o povo maubere, agente principal desta questão.

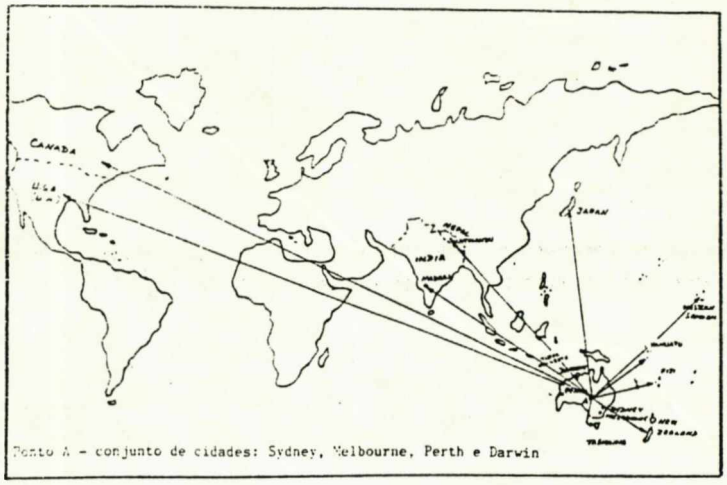
Haja, ou não, eleições, mude, ou não, a equipa governativa ou a composição da AR, Timor-Leste tem de continuar a merecer o empenhamento das forças políticas e sociais, dos órgãos de soberania portugueses. E aqui cabe ao PR um papel de particular destaque. Pela sua co-responsabilidade constitucional e como factor de estabilidade política, deverá garantir a continuidade do empenhamento nacional, assegurando os mecanismos que permitam fazer face, com coerência, aos acontecimentos dos próximos meses.

Um série de situações vai exigir, com efeito, a breve prazo, uma atitude clara das autoridades portuguesas. A AG das Nações Unidas, com início em Setembro, põe desde logo o problema de se saber se Timor-Leste vai ou não ser tema de debate. A capacidade de Portugal influenciar uma decisão a este respeito, no sentido de defesa dos direitos do povo maubere, está directamente relacionada com a campanha diplomática que conseguir desenvolver até lá, tanto ao nível das relações bilaterais como ao nível da participação na Comissão de Descolonização (Nova Iorque, Agosto) e na Subcomissão dos Direitos do Homem (Genebra, Agosto).

O capital de determinação política que o Estado português tem acumulado recentemente corre, de facto, o risco de se perder se não for investido em acções múltiplas que o façam aparecer rentabilizado e forte perante a Indonésia, com a qual decorrem conversações em Nova Iorque e perante a comunidade internacional. Independentemente das crises políticas nacionais. □

Uma caricatura do passado?

Comunidade timor na Austrália: uma presença activa na região



Ponto A - conjunto de cidades: Sydney, Melbourne, Perth e Darwin

Do número de Janeiro de 1987 do jornal *Ray Doben*, publicação do Centro Cultural de Timor-Leste de New South Wales, na Austrália, transcrevemos este artigo de balanço da actividade da comunidade timor vivendo naquele país, empenhada na luta de libertação da sua pátria:

"1986 foi o ano em que mais se registaram deslocações de timorenses residentes na Austrália com o propósito de sensibilizar a opinião pública sobre o drama que se vive em Timor-Leste.

Delegados timorenses, vivendo em diversos Estados da Austrália, estiveram envolvidos neste trabalho tendo obtido resultados louváveis, de repercussão imediata e a longo prazo.

De todas as deslocações, julgamos que a que foi mais significativa, foi a do Rev. Pe. Francisco Fernandes à ONU por ter sido o resultado de esforços conjuntos das organizações étnicas, partidárias e da colaboração activa da comunidade timorense residente em cinco Estados, nomeadamente N.S.W., Victoria, West Australia, Queensland e no Northern Territory.

Para informação do leitor, julgamos conveniente publicar o seguinte quadro:

Nome do delegado	Conferência assistida	País visitado
Agio Pereira (Darwin)	1 - Pacific Trade Union 2 - Vanuaku Party Congress	New Zealand Vanuatu
Inês Almeida (Sydney)	1 - Youth & Human Rights in Asia 2 - ASA Solidarity Mission to Eelam	Nepal India
Nelson Santos (Melbourne)	1 - International Youth Tour for Peace & Freedom	Canadá
José Filipe (Sydney)	1 - Pacific Conference of Churches	Western Samoa
Abel Guterres (Melbourne)	1 - Nuclear Free & Independent Pacific; Ethnicity & Develop. 2 - Conferência da ALP (Tasmânia)	Fiji
Sylvia (Sydney)	1 - Conferência da ALP (Tasmânia)	
Geraldo Magno (Sydney)	1 - Conferência da ALP (Tasmânia)	
Joana Ximenes (Sydney)	1 - Conferência da ALP (Tasmânia)	
Baronio Luz (Sydney)	1 - Conferência da ALP (Tasmânia)	
Mimi Ferreira	1 - Conferência da ALP (Tasmânia) 2 - "Tour" pelo Japão a convite das organizações de apoio	Japão
Pe. Francisco Fernandes (Perth)	1 - Comité Especial de Descolonização (ONU)	U.S.A.

NOTA: *Embora a campanha de sensibilização não seja o factor determinante para a vitória da luta do povo de Timor-Leste contra a ocupação indonésia (o factor determinante é a luta interna), ela é, no entanto, um complemento necessário para acelarar o processo de luta rumo ao objectivo final: o da Independência.*

Estamos esperançados de que, a nossa contínua batalha no exterior do País, poderá fazer com que, a Indonésia, sob pressão internacional, seja obrigada a encetar conversações que proporcionem uma solução que garanta uma verdadeira paz, condição necessária para a estabilidade da região.

Mais esforços deverão ser desenvolvidos a partir de 1987 no campo de informação e propaganda, especialmente na área geográfica onde Timor-Leste se encontra inserido.

Conseguiremos atingir esse objectivo, se conjugarmos os nossos esforços a nivel de toda a Austrália, tal como fizemos aquando da ida ao nosso delegado especial à ONU, o Rev. Pe. Francisco Fernandes". □

Para segurança das populações

Fretilin aconselhou ao voto em Timor-Leste

O Conselho Revolucionário de Resistência Nacional (CRRN), em encontros e reuniões tidas com os *iliurais* (chefes tradicionais) e outros representantes das populações das áreas sob ocupação militar indonésia, considerou que era indiferente votar num ou noutro dos partidos concorrentes às eleições indonésias que decorreram em 23 de Abril passado. Para o CRRN, face às condições de repressão existentes no território, o importante para os timores era salvaguardarem a sua segurança e a dos seus familiares, devendo tomar a atitude que considerassem mais adequada, inclusivé votar no Golkar, já que o futuro de Timor-Leste não passa por eleições deste tipo.

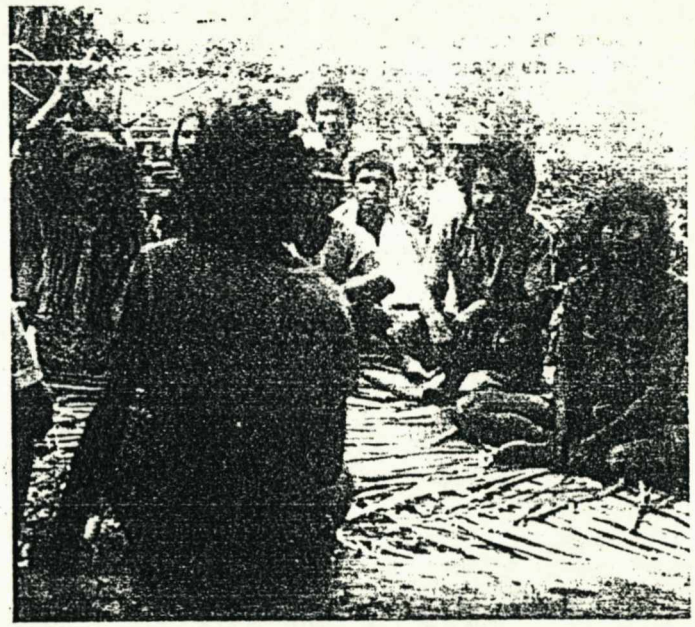
Embora não haja ainda uma informação detalhada sobre a forma como as eleições gerais que a Indonésia estendeu àquele território ocupado, aí se desenrolaram, é de prever que tenha sido "ordeira" e "pacífica". Com grande afluência às urnas já se sabe que foram.

De acordo com os primeiros resultados divulgados pela imprensa indonésia, uma vez mais o número de votos expressos (362 048) foi superior ao número de eleitores recenseados (360 144), facto que para as autoridades ocupantes parece ser perfeitamente natural.

Estes números deixam de parecer estranhos se se considerarem as condições em que o acto eleitoral decorreu. Com efeito, no auge de uma ofensiva militar de grande envergadura, sujeito a regras eleitorais especiais (como a prática de urnas de voto separadas para cada um dos partidos concorrentes), com a mobilização — para além das tropas territoriais e de combate — de mais de 12 000 homens das forças paramilitares (o uso destas forças para controle do processo eleitoral apenas se verificou em Timor-Leste e na Papua Ocidental), com a prisão preventiva de centenas de pessoas e ainda com a interdição de entrada de jornalistas estrangeiros, sujeitos a estas restrições severas é evidente que qualquer acto eleitoral não é um *"festival de democracia"*, para usar a expressão de Suharto.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros, Mochtar Kusumatmadja, cabeça de lista pelo Golkar no círculo eleitoral de *"Timor Timur"*, esteve no território entre 13 e 17 de Abril, participando em várias sessões eleitorais em Dili, Baucau e Kovalima, tendo as populações sido obrigadas a comparecer em massa. Segundo a *Far Eastern Economic Review* de 23 de Abril último, Mochtar teria tentado fazer-se acompanhar nesta viagem por responsáveis de várias missões diplomáticas acreditadas em Jacarta. De acordo ainda com a *FEER*, algumas das Embaixadas convidadas teriam declinado o convite receando comprometer-se diplomaticamente com as teses indonésias sobre Timor-Leste. Estaria neste caso a Austrália. Curiosamente, entre os países que nem sequer foram convidados encontram-se os EUA, o Reino Unido e Holanda.

A esta atitude não será alheia, segundo alguns observadores, a posição que Portugal tem assumido nos últimos meses na arena internacional, de defesa do direito à autodeterminação do povo de Timor-Leste. Direito este que não pode ser apagado por afirmações de melhoria no respeito pelos direitos humanos no território ou de que a situação está *"suficientemente bem"*(Cardeal Casaroli dixit). □



Professores da Universidade de Coimbra entregam Carta Aberta a Cuellar

Aproveitando a presença do Secretário Geral da ONU, Perez de Cuellar, em Coimbra, Maria Teresa Alvim, da CDPM de Coimbra entregou-lhe, num breve encontro proporcionado pelo Reitor da Universidade, uma Carta Aberta subscrita por 23 docentes universitários.

Nessa carta, afirmando-se como acompanhando *"com especial atenção o evoluir da questão de Timor-Leste"*, os subscritores apelam a Perez de Cuellar *"para que:*

— coloque todo o seu empenho pessoal e o seu peso institucional na criação das condições que permitam a realização de um genuíno acto de autodeterminação do povo de Timor-Leste;

— abra o diálogo com os representantes do povo de Timor-Leste, principais actores e interessados no destino da sua pátria;

— apoie com determinação todos os esforços da comunidade internacional que facilitem a livre expressão dos desejos do povo de Timor-Leste, incluindo o seu acesso ao mundo exterior e o seu direito a receber, sem constrangimentos, a ajuda humanitária e a solidariedade política."

Os docentes universitários de Coimbra, entre os quais figuram os nomes dos Drs. Jorge Vieira (Vice-Reitor da Universidade), Orlando de Carvalho, J. N. Urbano (Presidente do Conselho Directivo da FCTUC) e o do escritor Cristovão de Aguiar, declaram-se seguros de que o Secretário Geral das Nações Unidas *"é profundamente tocado pela tragédia e a injustiça que hoje, e desde há mais de uma dezena de anos, habita o dia-a-dia do povo de Timor-Leste fazendo-o pagar com milhares de mortos e desaparecidos o preço da intolerância e do espirito militarista dos que se julgam poderosos*(...)". □

Director: António Pinto Pereira **Proprietário:** Comissão para os Direitos do Povo Maubere **Sede:** R. Pinheiro Chagas, 77-2.º Esq., 1000 Lisboa, tel.: 574718/541308 **Execução gráfica:** Gamatipo, Artes Gráficas, Lda. **Tiragem:** 500 exemplares **Periodicidade:** mensal **Preço avulso:** 20$00 **Assinatura anual:** 300$00
Publicação inscrita na DGCS com o n.º 112 094